

RELATÓRIO DO PROJETO “PRÁTICAS INVESTIGATIVAS” – SEMESTRE 2010.2
Linha de Pesquisa: PERCEPÇÕES SOBRE A ADVOCACIA

Asdrubal Nascimento Lima Junior
Matheus Passos Silva
Luiza Cristina de Castro Farias

1) INTRODUÇÃO

O projeto “Práticas Investigativas”, implantado nas Unidades Taguatinga e Guará da Escola de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade Projeção, tem como objetivo fazer com que os alunos do curso de Direito realizem pesquisas de campo sobre temas de interesse geral e que, ao final do semestre, seja produzido um relatório analisando o resultado de tais pesquisas.

No semestre acadêmico 2010.2, o projeto "Práticas Investigativas" trabalhou com cinco linhas de pesquisa, quais sejam:

- 1) Hábitos de Consumo/Consumo Sustentável;
- 2) Leis de Trânsito;
- 3) Percepções sobre a advocacia;
- 4) Percepções sobre a Justiça;
- 5) Vida em Família.

No total, foram aplicados em todo o Distrito Federal aproximadamente sete mil questionários pelos alunos do primeiro semestre do curso de Direito das duas Unidades acima citadas, sendo que, em média, cada questionário continha 13 (treze) perguntas.

2) METODOLOGIA DE PESQUISA

Empregamos o questionário “Práticas Investigativas – Percepções sobre a Advocacia” como instrumento de aproximação e sondagem do sujeito pesquisado, que nos possibilitou coletar dados sobre como a população se relaciona com questões vinculadas ao tema. Nesse sentido, a coleta de dados no projeto “Práticas Investigativas” levou em consideração a importância da aplicabilidade do conteúdo visto pelos alunos nas aulas de Ciências Jurídicas no meio social em que vivem, trazendo *in loco* situações que os futuros bacharéis em Direito vão enfrentar no decorrer da carreira profissional com a finalidade de tornar o estudo do Direito acessível ao aluno por meio da prática aplicada desde o início de seu curso.

O projeto foi posto em prática mediante a aplicação de questionários, sendo todas as questões objetivas. Sommer e Sommer, citados por Günther (2003, p. 16), afirmam que as perguntas fechadas “mostram frequentemente mais respeito à opinião das pessoas, deixando-as classificar suas respostas como positivas, negativas ou neutras, em vez do pesquisador fazer isto para elas”. O uso do questionário, portanto, teve como objetivo proporcionar aos respondentes a oportunidade de se expressar de forma espontânea e consciente. Ainda no que diz respeito à metodologia da pesquisa, Günther (2003, p. 1) afirma que o levantamento de dados por amostragem, ou *survey*, assegura melhor representatividade e permite generalização para uma população mais ampla, sendo que o questionário é o instrumento principal para o levantamento de dados por amostragem.

O preenchimento do questionário foi voluntário e identificado, visando assegurar a privacidade e a imagem dos respondentes, bem como lhes proporcionar maior espontaneidade ao expressar suas opiniões e impressões (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p.39). Os entrevistados preencheram os questionários individualmente, não tendo havido nenhuma cooperação ou discussão prévia acerca do tema com os alunos.

Rodrigues (2007, p. 31) afirma que ao efetuar uma pesquisa, “o método quantitativo, considerando a contribuição para a ampliação do conhecimento sobre a área escolhida, deve ser considerado como uma opção importante a ser adotada, constituindo-se numa base confiável para outros pesquisadores.” Para que os dados coletados pudessem apresentar maior credibilidade, a participação dos alunos foi voluntária, e também para a apuração dos resultados obtidos contamos com a disposição e interesse de determinado grupo de alunos que se dispuseram a concluir este trabalho.

O uso do questionário se tornou apropriado devido à quantidade de alunos que colaboraram com a pesquisa: somando-se os alunos das Unidades Taguatinga e Guará, tivemos o total de 108 (cento e oito) alunos participando da linha de pesquisa “Percepções sobre a Advocacia”, o que gerou 1080 (mil e oitenta) questionários aplicados em todo o Distrito Federal, pois foram disponibilizados 10 (dez) questionários para cada aluno. Deste total foram desconsiderados os questionários devolvidos em branco e/ou com referência a outras Unidades da Federação, tendo-se como resultado final a análise a partir de 1011 questionários em relação aos quais os dados abaixo estão sendo apresentados.

3) ANÁLISE DOS RESULTADOS

A linha de pesquisa “Percepções sobre a Advocacia” traz como objetivo central analisar a visão da sociedade acerca da profissão advocacia, que é tão importante para a sociedade. Foram realizadas questões práticas acerca do cotidiano da relação advocacia-sociedade em que foram avaliados não só a percepção sobre a profissão da advocacia, mas também sobre o conhecimento dos direitos dos cidadãos nesta relação. A pesquisa teve como foco a questão da confiabilidade do advogado, em que foram abordadas situações em que os entrevistados demonstram, por meio de casos práticos, a forma que se relacionam com o advogado, desde o momento de sua escolha, até o momento do desfecho do processo.

Com base nas respostas dadas pelos entrevistados, é possível perceber o cidadão vê a profissão com uma certa desconfiança, na medida em que tem receio de que além de seu problema não ser resolvido, ainda possa ter um novo problema. É assim que na questão 1 pergunta-se a respeito do modo de escolha do advogado em que 44% dos entrevistados afirmam buscar uma indicação e 22% buscam alguém da família. Mesmo tendo a Defensoria Pública como opção e esta atuando de forma satisfatória em Brasília, somente 27% a buscam imediatamente.

A análise é confirmada na questão 2, na qual 46% dos entrevistados acredita que os advogados exageram ao garantir o resultado ao cliente, e 21% acham que o advogado só diz que o resultado será favorável para convencer o cliente acerca da viabilidade da ação, ou seja, 2/3 dos entrevistados demonstram uma relação de desconfiança.

Na questão 3 a maioria – 51% dos entrevistados – entendeu que se o advogado não repassa informações suficientes ou satisfatórias a melhor maneira seria procurar o advogado e cobrar mais

informações, o que não confirma a hipótese inicial de uma suposta desconfiança, pois a maioria acredita que basta uma cobrança e mais 10% acha que a justiça é que é lenta mesma.

A questão 4 aborda o comportamento desidioso do advogado, que perde um prazo processual. Neste caso, a maioria entendeu que não se deve aceitar a situação, sendo que 23% gostaria de ter seu dinheiro ressarcido, 34% buscaria o Conselho de Ética da OAB e 32% acharam cabível uma ação de danos morais.

Na questão 5 novamente os entrevistados demonstram desconfiança sobre a postura do advogado. Ao serem perguntados se o advogado está correto em garantir que a ação está ganha, a maioria (64%) afirmou que não se trata de uma atitude correta, sendo que 40% acharam que é uma atitude imprudente e 24% que é uma forma de convencer o cliente.

Ao serem perguntados se dariam poderes para o advogado receber o que lhe é devido em seu nome (questão 6), novamente a maioria entendeu que prefere receber a repassar esta atribuição ao advogado, mesmo sendo de costume que se faça desta forma.

Tal ideia foi confirmada com o resultado da questão 7: a maioria – 45% dos entrevistados – sempre busca uma nova opinião após a instrução de um advogado e 37% também buscam uma segunda opinião, se esta estiver ao seu alcance. A questão ressalta ainda de forma mais evidente a assertiva lançada, quando 68% dos entrevistados afirmam ter medo de que o advogado receba uma indenização em seu nome e não lhe repasse o que lhe é devido. Mesmo não demonstrando confiança na profissão, os entrevistados entenderam a importância da mesma, quando a maioria – 80% - garante que esta profissão é fundamental para a sociedade.

Nas questões 10 e 11 busca-se uma possível explicação para a falta de credibilidade da profissão da advocacia, sendo que pelo resultado destas questões foi possível perceber que os entrevistados acreditam que a proliferação dos cursos de Direito e o excesso de advogados no mercado de trabalho, tem influenciado diretamente na credibilidade dos advogados, sendo a resposta de 62% acerca dos cursos de Direito e 57% acerca da grande quantidade no mercado.

Com base nas respostas, é possível afirmar que a sociedade entende que o advogado é fundamental para a administração da justiça e que necessita de seus serviços, mas que ele poderia ser prestado de uma forma mais diligente. Fica evidente que o cidadão entrega seu problema ao advogado, mas não acredita fielmente na solução que ele lhe dá, ou na sua eficiência, quando na verdade, a sociedade imagina que se trata de uma forma de ludibriar o cidadão, para que assim a ação seja proposta e ele receba algo por um serviço em que o resultado pode não ser o esperado. Ao se tratar de questões relacionadas a dinheiro, a desconfiança parece ser ainda maior. A sociedade também enxerga que a grande quantidade de cursos de Direito e conseqüentemente a grande inserção de advogados no mercado de trabalho, acaba por diminuir a qualidade dos profissionais e influencia negativamente na questão da confiança, na medida em que não se tem mais a visão de status da profissão, pois qualquer um hoje pode ser advogado.

4) APRESENTAÇÃO GRÁFICA DOS RESULTADOS

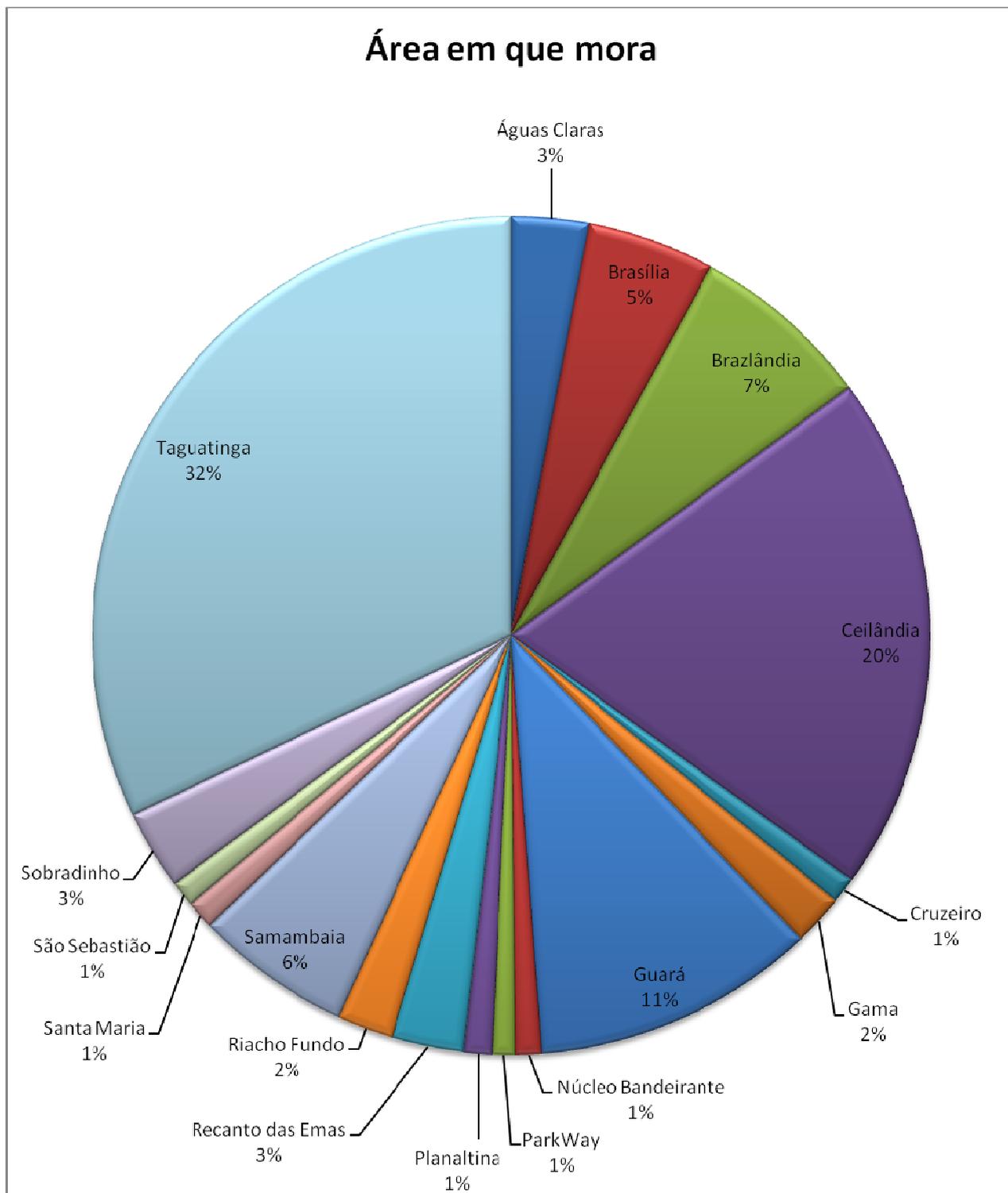
4.1) Dados sociais dos entrevistados

O questionário apresenta, em seu cabeçalho, questões vinculadas aos indicadores sociais dos respondentes. Foram apresentadas cinco perguntas, em sequência, cujos resultados estão apresentados a seguir.

1) Área em que mora

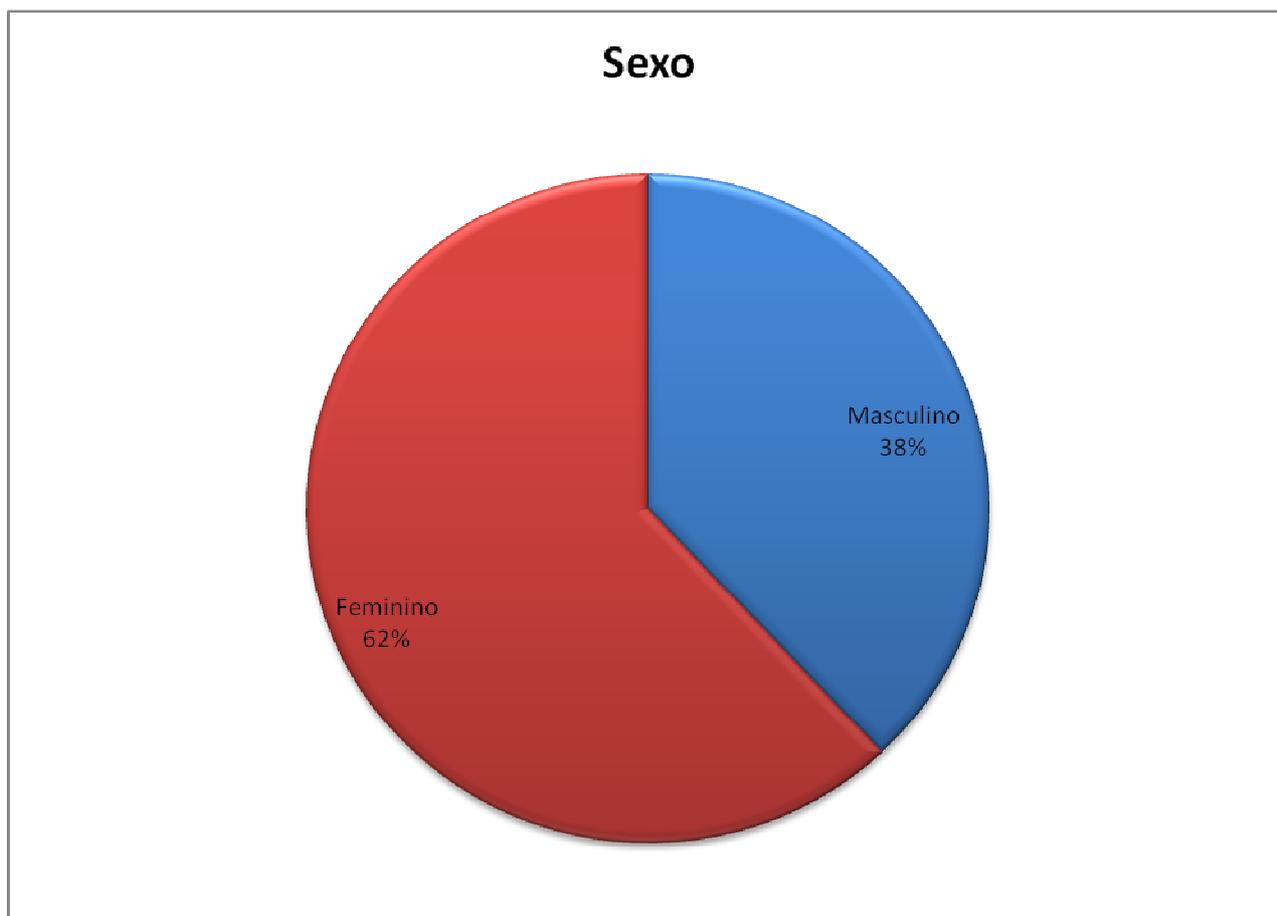
Região Administrativa do Distrito Federal	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Águas Claras	30	3%
Brasília	50	5%
Brazlândia	71	7%
Ceilândia	202	20%
Cruzeiro	10	1%
Gama	20	2%
Guará	111	11%
Núcleo Bandeirante	10	1%
ParkWay	9	1%
Planaltina	11	1%
Recanto das Emas	28	3%
Riacho Fundo	22	2%
Samambaia	61	6%
Santa Maria	11	1%
São Sebastião	10	1%
Sobradinho	31	3%
Taguatinga	324	32%
TOTAL	1011	100%

Área em que mora



2) Sexo

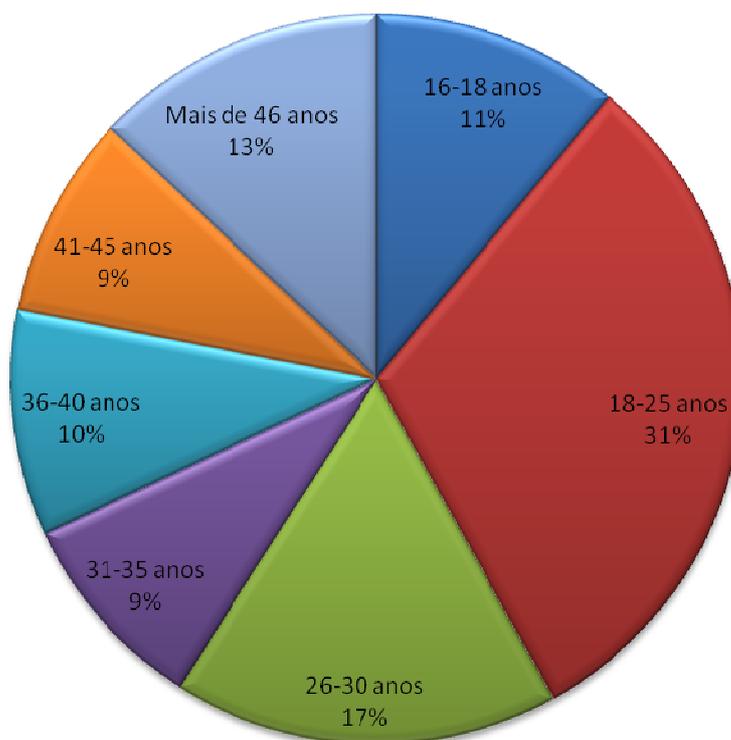
	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Masculino	384	38%
Feminino	627	62%
TOTAL	1011	100%



3) Faixa etária

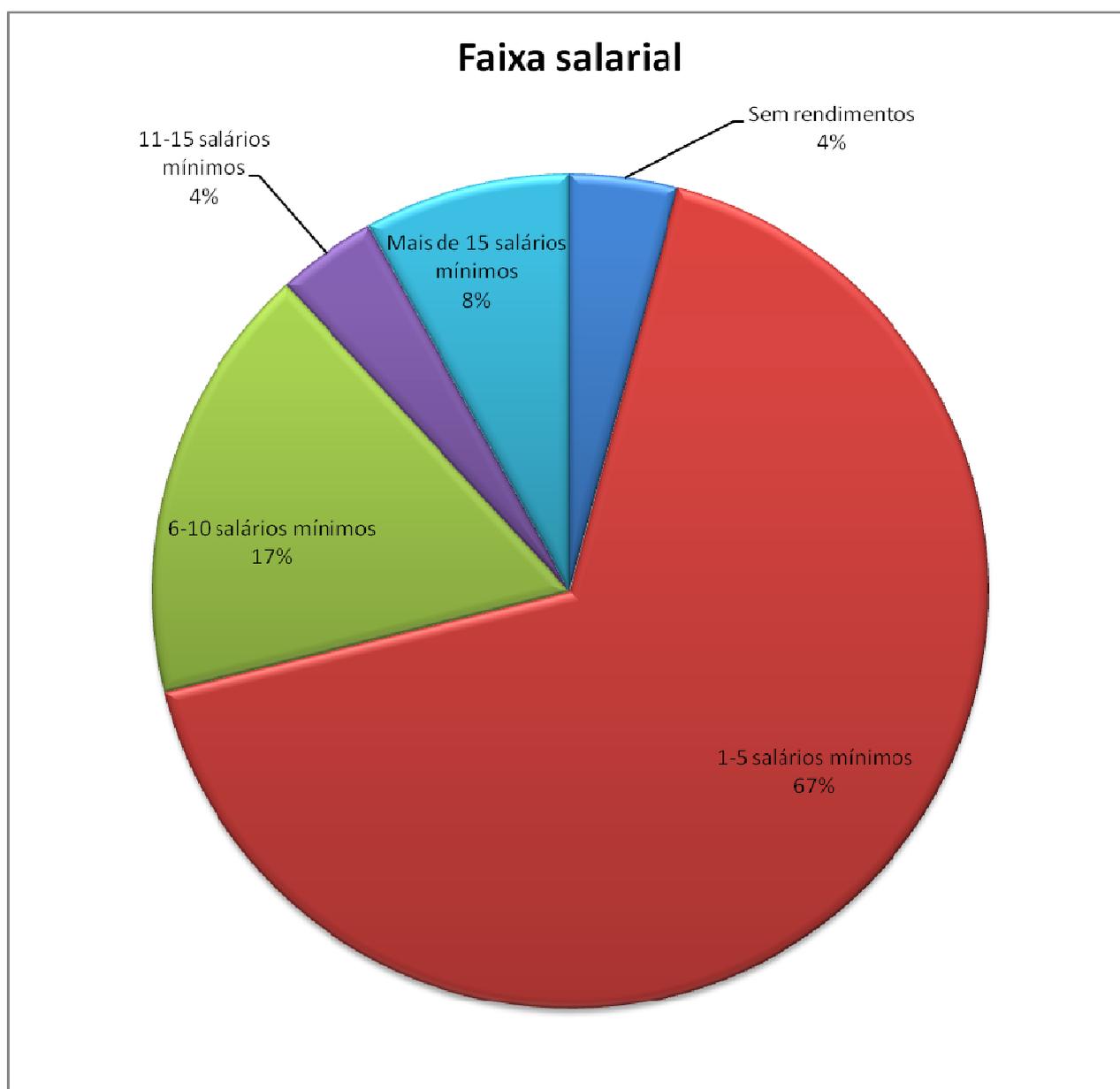
	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
16-18 anos	111	11%
18-25 anos	313	31%
26-30 anos	173	17%
31-35 anos	91	9%
36-40 anos	101	10%
41-45 anos	91	9%
Mais de 46 anos	131	13%
TOTAL	1011	100%

Faixa etária



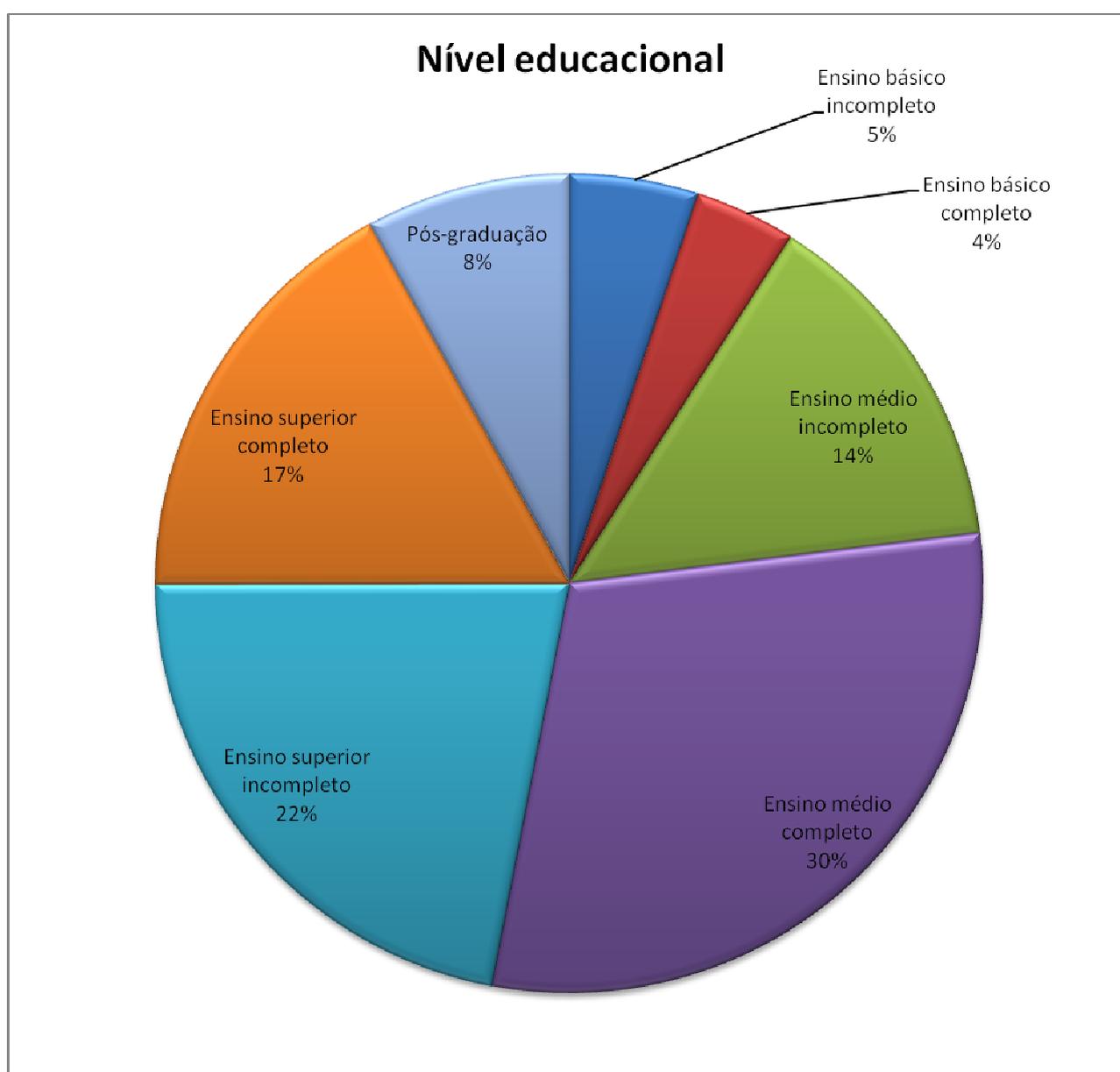
4) Faixa salarial

	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Sem rendimentos	42	4%
1-5 salários mínimos	677	67%
6-10 salários mínimos	172	17%
11-15 salários mínimos	39	4%
Mais de 15 salários mínimos	81	8%
TOTAL	1011	100%



5) Nível educacional

	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Ensino básico incompleto	51	5%
Ensino básico completo	40	4%
Ensino médio incompleto	142	14%
Ensino médio completo	303	30%
Ensino superior incompleto	222	22%
Ensino superior completo	172	17%
Pós-graduação	81	8%
TOTAL	1011	100%



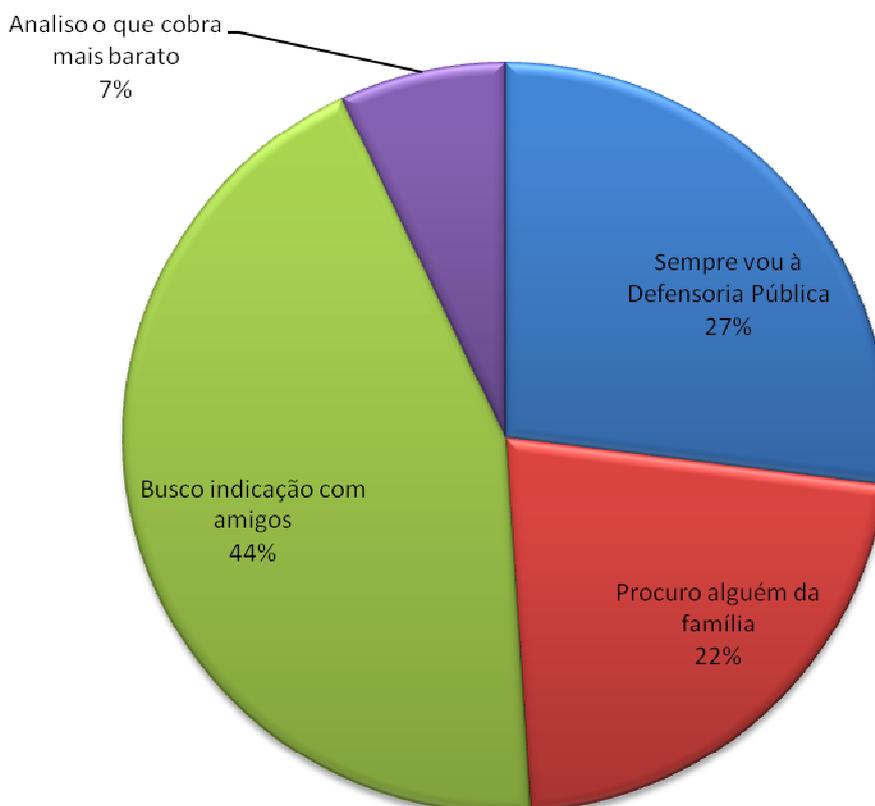
4.2) Questões específicas sobre o tema “Percepções sobre a Advocacia”

A segunda parte do questionário apresenta 11 (onze) questões cujo conteúdo se remete ao tema “Percepções sobre a Advocacia”. Durante a confecção do questionário, foram criadas as mais diversas situações por meio das quais se pudesse avaliar o grau de conhecimento do cidadão a respeito do tema.

QUESTÃO 01

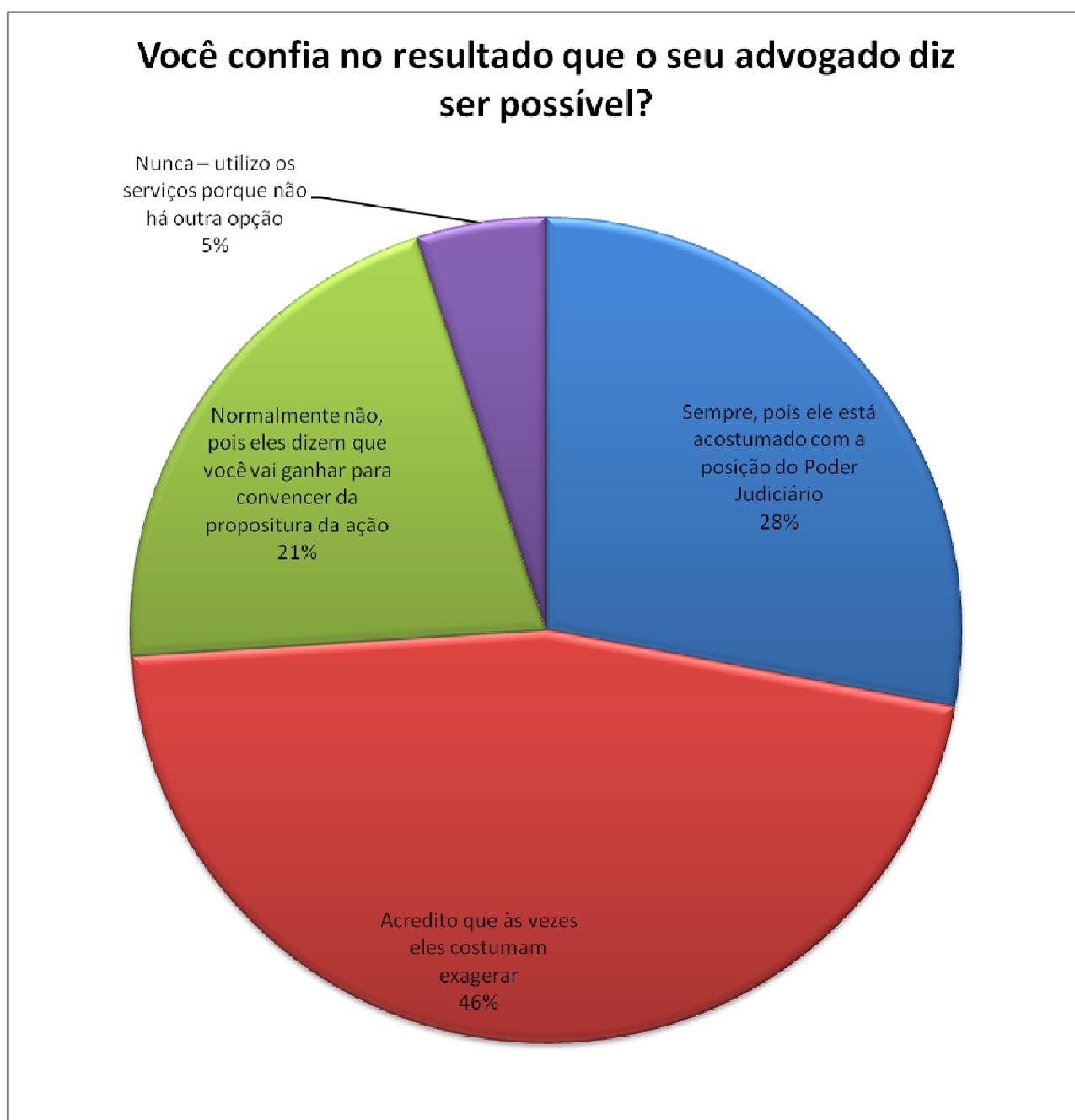
Quando você tem um problema a ser solucionado na Justiça, qual o critério você utiliza para escolher um advogado?	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Sempre vou à Defensoria Pública	273	27%
Procuo alguém da família	222	22%
Busco indicação com amigos	445	44%
Analiso o que cobra mais barato	71	7%
TOTAL	1011	100%

Quando você tem um problema a ser solucionado na Justiça, qual o critério você utiliza para escolher um advogado?



QUESTÃO 02

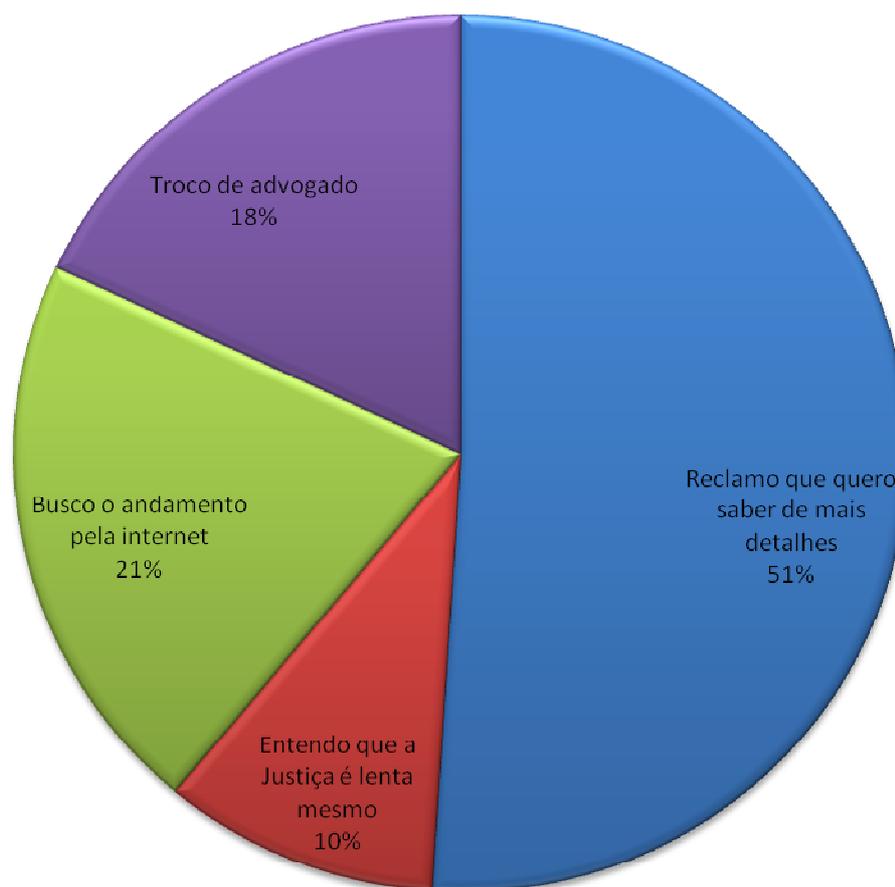
Você confia no resultado que o seu advogado diz ser possível?	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Sempre, pois ele está acostumado com a posição do Poder Judiciário	283	28%
Acredito que às vezes eles costumam exagerar	465	46%
Normalmente não, pois eles dizem que você vai ganhar para convencer da propositura da ação	212	21%
Nunca, pois eles não são confiáveis – utilizo os serviços porque não há outra opção	51	5%
TOTAL	1011	100%



QUESTÃO 03

Se o seu advogado não está te dando informações sobre o processo, ou o processo está lento demais, o que você faria?	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Reclamo que quero saber de mais detalhes	516	51%
Entendo que a Justiça é lenta mesmo	101	10%
Busco o andamento pela internet	212	21%
Troco de advogado	182	18%
TOTAL	1011	100%

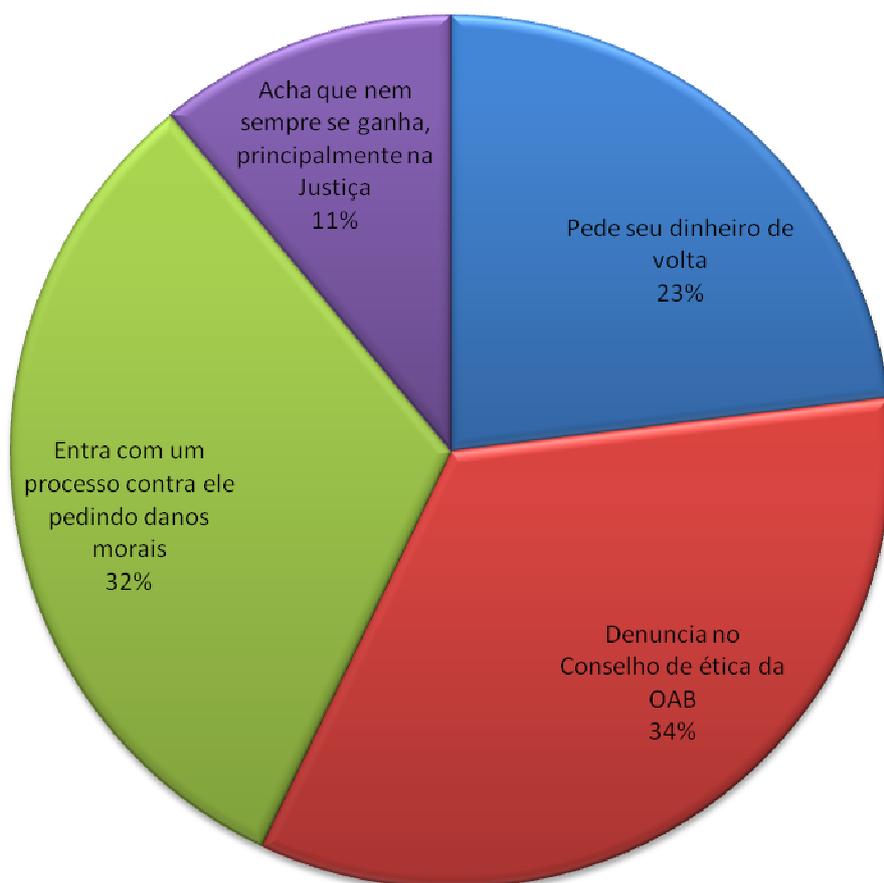
Se o seu advogado não está te dando informações sobre o processo, ou o processo está lento demais, o que você faria?



QUESTÃO 04

Se seu advogado perde o prazo para recorrer e acaba perdendo a ação, qual seria a sua atitude:	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Pede seu dinheiro de volta	233	23%
Denuncia no Conselho de ética da OAB	344	34%
Entra com um processo contra ele pedindo danos morais	323	32%
Acha que nem sempre se ganha, principalmente na Justiça	111	11%
TOTAL	1011	100%

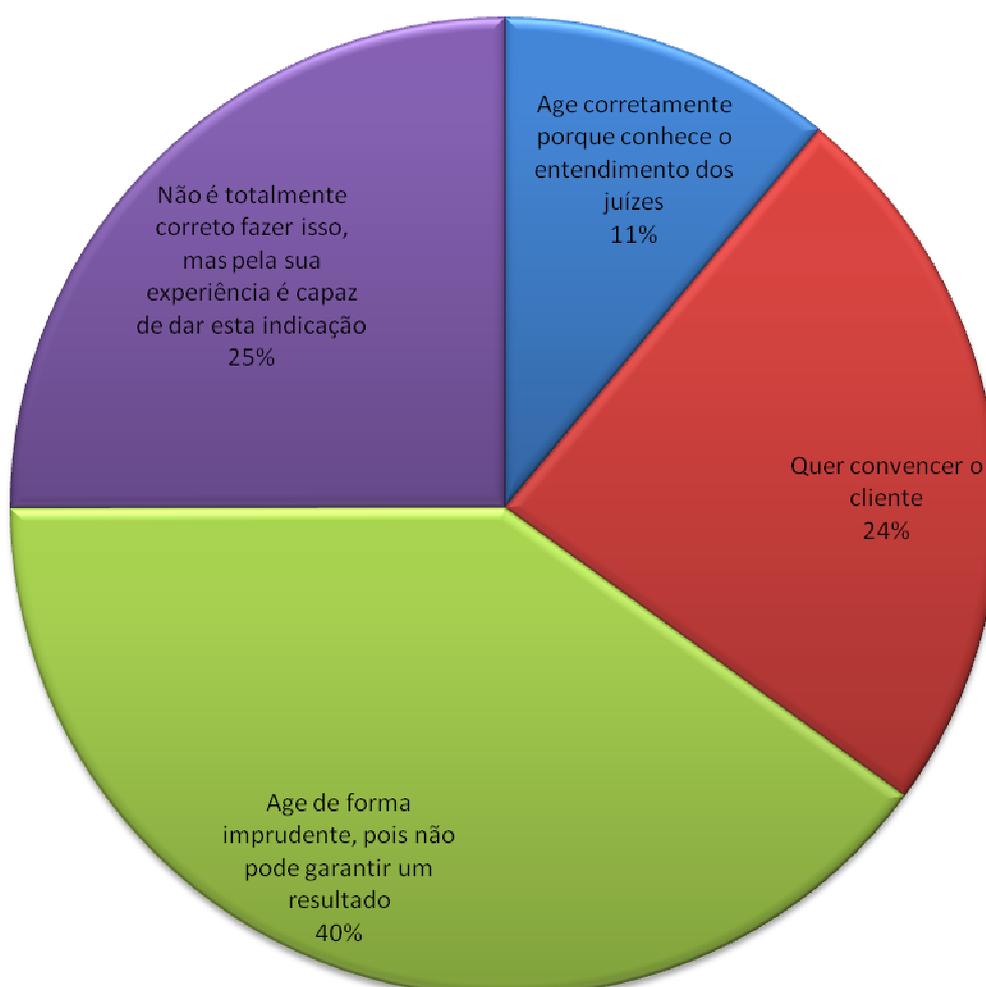
Se seu advogado perde o prazo para recorrer e acaba perdendo a ação, qual seria a sua atitude:



QUESTÃO 05

Sob seu ponto de vista, o advogado que garante que a ação está ganha:	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Age corretamente porque conhece o entendimento dos juízes	111	11%
Quer convencer o cliente	243	24%
Age de forma imprudente, pois não pode garantir um resultado	404	40%
Não é totalmente correto fazer isso, mas pela sua experiência é capaz de dar esta indicação	253	25%
TOTAL	1011	100%

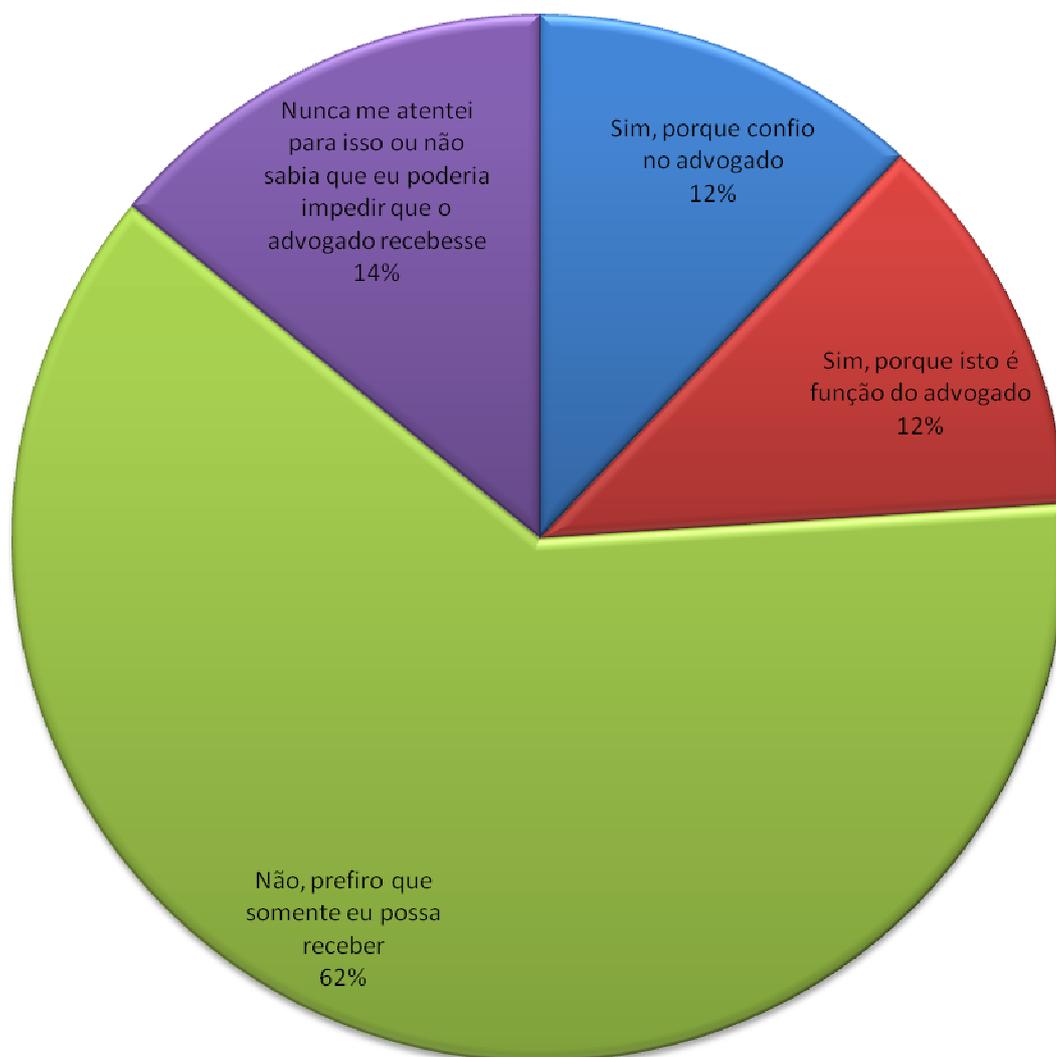
Sob seu ponto de vista, o advogado que garante que a ação está ganha:



QUESTÃO 06

Você daria poderes para o seu advogado receber o que lhe é devido em seu nome?	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Sim, porque confio no advogado	121	12%
Sim, porque isto é função do advogado	121	12%
Não, prefiro que somente eu possa receber	627	62%
Nunca me atentei para isso ou não sabia que eu poderia impedir que o advogado recebesse	142	14%
TOTAL	1011	100%

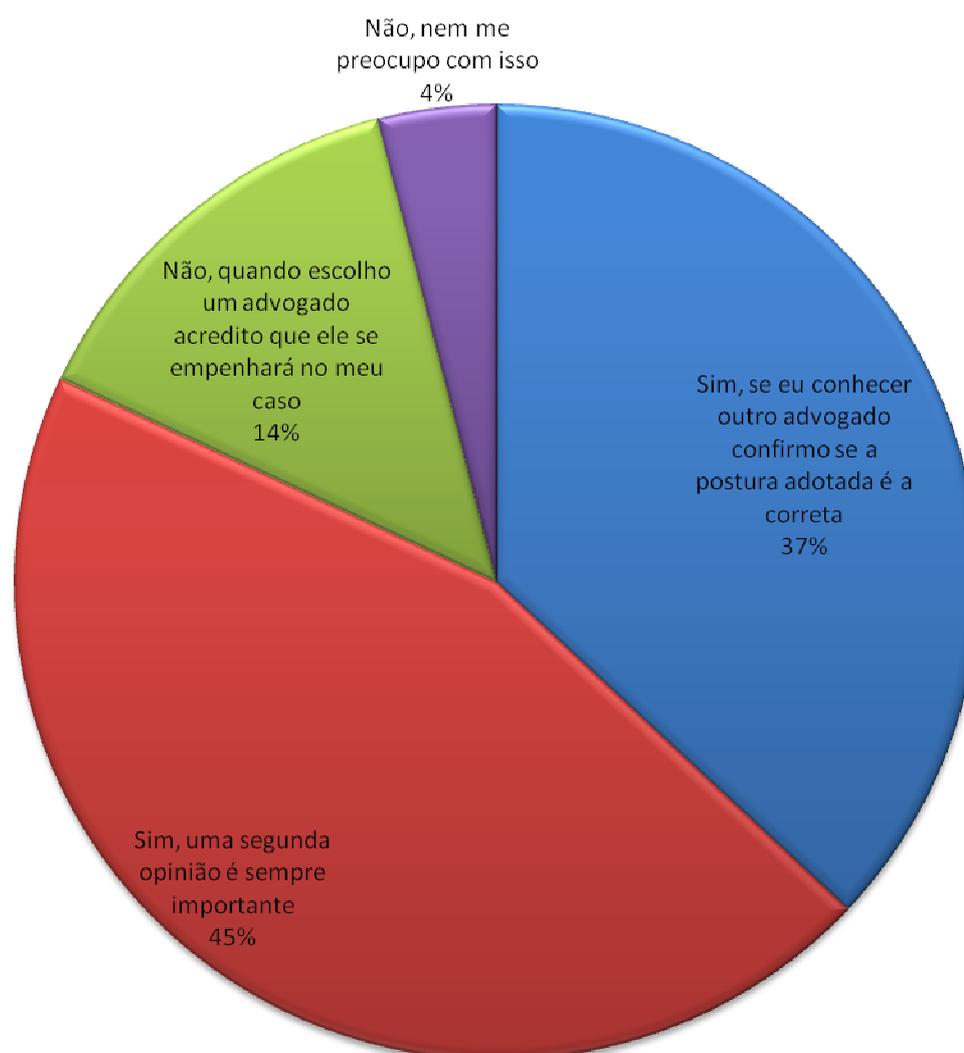
Você daria poderes para o seu advogado receber o que lhe é devido em seu nome?



QUESTÃO 07

Você pediria uma segunda opinião depois que seu advogado lhe instrui sobre o seu processo?	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Sim, se eu conhecer outro advogado confirmo se a postura adotada é a correta	374	37%
Sim, uma segunda opinião é sempre importante	455	45%
Não, quando escolho um advogado acredito que ele se empenhará no meu caso	142	14%
Não, nem me preocupo com isso	40	4%
TOTAL	1011	100%

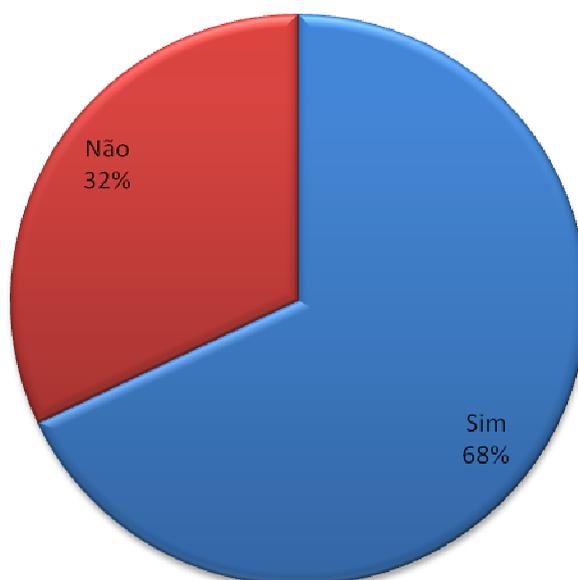
Você pediria uma segunda opinião depois que seu advogado lhe instrui sobre o seu processo?



QUESTÃO 08

Você teria receio de que seu advogado receba a indenização após o fim do processo e não te repasse?	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Sim	687	68%
Não	324	32%
TOTAL	1011	100%

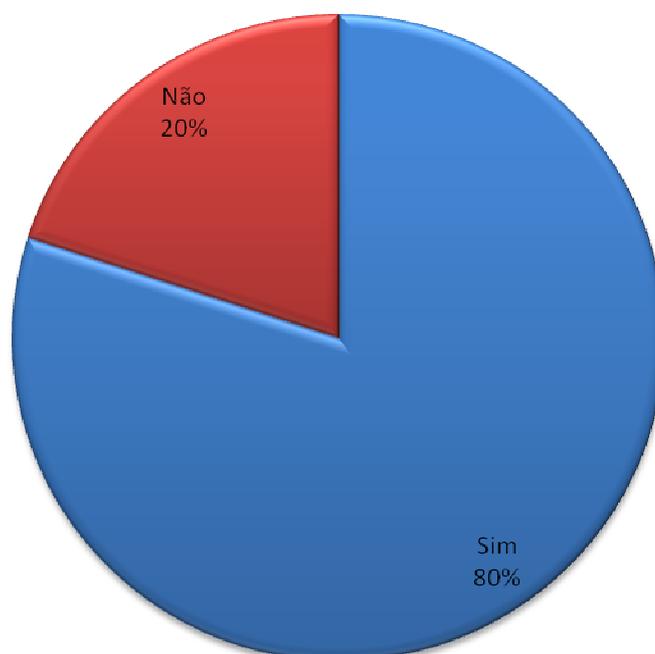
Você teria receio de que seu advogado receba a indenização após o fim do processo e não te repasse?



QUESTÃO 09

Você acredita que a função de advogado é indispensável à sociedade?	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Sim	809	80%
Não	202	20%
TOTAL	1011	100%

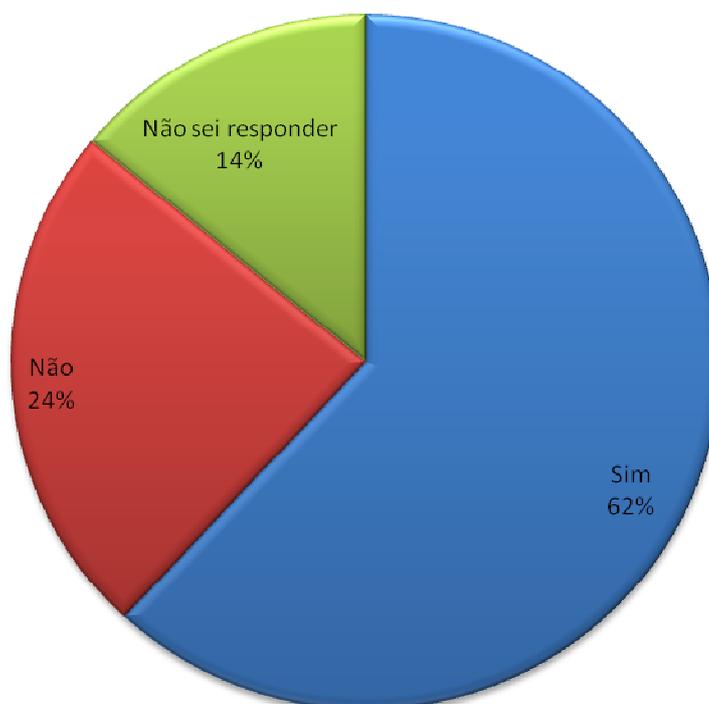
Você acredita que a função de advogado é indispensável à sociedade?



QUESTÃO 10

Você acha que a proliferação dos cursos de Direito no mercado influencia na credibilidade e na atuação dos advogados?	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Sim	626	62%
Não	243	24%
Não sei responder	142	14%
TOTAL	1011	100%

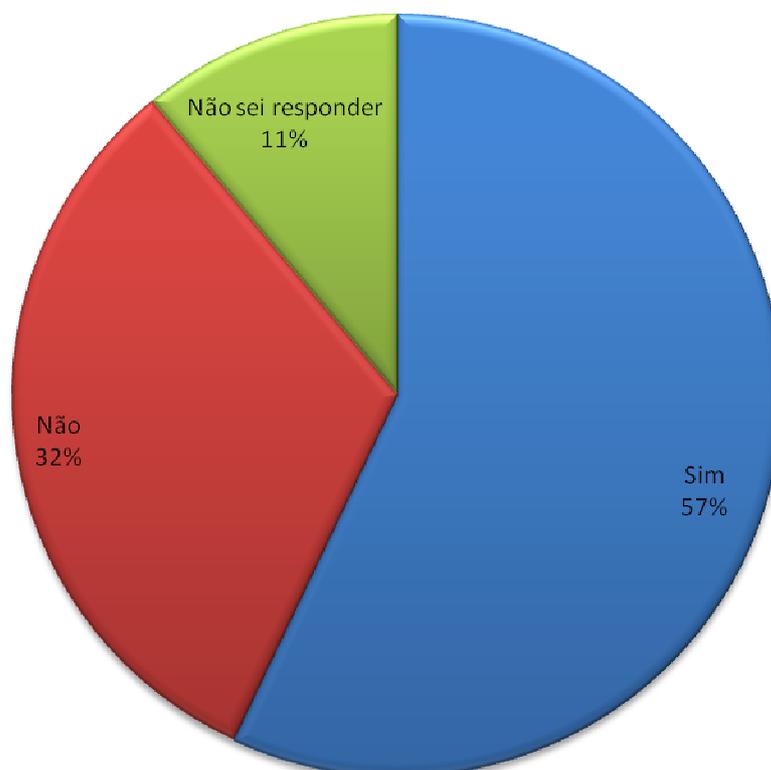
Você acha que a proliferação dos cursos de Direito no mercado influencia na credibilidade e na atuação dos advogados?



QUESTÃO 11

Você acha que o excesso de advogados no mercado influencia na credibilidade e na atuação dos advogados?	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Sim	576	57%
Não	324	32%
Não sei responder	111	11%
TOTAL	1011	100%

Você acha que o excesso de advogados no mercado influencia na credibilidade e na atuação dos advogados?



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GÜNTHER, H. *Como elaborar um questionário*. Série “Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais”, nº 1. Brasília, DF: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental, 2003.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. Coleção “Temas básicos de educação e ensino”. São Paulo: EPU, 1986.

RODRIGUES, William. *Metodologia científica*. Paracambi, RJ: FAETEC/IST, 2007.